

RECURSO ESPECIAL Nº 1.827.103 - RJ (2019/0209177-1)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RECORRIDO : LUIZ CARLOS VELLOSO
ADVOGADO : SAMANTHA OLIVEIRA RODRIGUES - RJ088944

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro assim ementado (e-STJ, fl. 155):

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. Decisão de indisponibilidade de bens. Cautelar *initio litis* em ação de improbidade administrativa. Provimento com a finalidade de resguardar eventual comando condenatório. Reparação de dano. Pressupostos da tutela de urgência. Verossimilhança e *periculum in mora* presentes. Utilidade da medida conforme deferida quanto ao agravante. Insignificância de bens afetados em relação com o quantitativo do dano suposto. Aspecto que afronta com a finalidade da cautela. Provimento parcial.

Nas razões do especial, o insurgente alega existência de violação do art. 7º da Lei n. 8.429/1992.

Aduz que não é possível o julgador estabelecer limitações quantitativas sobre o valor dos bens que estarão sujeitos à indisponibilidade, uma vez que não há previsão legal para isso.

Afirma que a medida de indisponibilidade dos bens tem caráter assecuratório e deve recair sobre a quantia suficiente para garantir o integral ressarcimento exigido no caso concreto, inclusive incluindo o valor da multa civil.

Parecer do Ministério Público Federal pelo provimento do recurso especial (e-STJ, fls. 299-308).

É o relatório.

Trata-se de ação civil pública em que se discutem indícios da prática de atos de improbidade por parte do recorrido que podem ter gerado prejuízo ao erário na ordem de R\$ 3.170.501.420,91 (três bilhões, cento e setenta milhões, quinhentos e um mil, quatrocentos e vinte reais e noventa e um centavos).

Relativamente à medida de indisponibilidade dos bens, o Tribunal de origem concluiu por estabelecer uma limitação de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) por entender que este valor se revela útil para a medida cautelar (e-STJ, fl. 157):

À conta do acima, dá-se provimento parcial ao recurso para limitar a

Superior Tribunal de Justiça

indisponibilidade aos bens do agravante de valores igual ou superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), mínimo ao juízo do Colegiado, como a partir do qual revelador de utilidade da medida cautelar.

Em suma, a diminuta afetação no cotejo com o prejuízo assinalado, desautoriza, neste momento, pelo aspecto da utilidade, o decreto sobre toda a extensão dos patrimônios dos agravantes, sendo necessário, pois, o estabelecimento de um limite a partir do qual possa-se reconhecer alguma significância, e assim mesmo, suscetível de avaliação, por depois, no curso dos acontecimentos do processo.

À conta do acima, dá-se provimento parcial ao recurso para limitar a indisponibilidade aos bens do agravante de valores igual ou superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), mínimo ao juízo do Colegiado, como a partir do qual revelador de utilidade da medida cautelar.

Verifico que assiste razão ao recorrente.

Inicialmente, o art. 5º da Lei n. 8.429/1992 estabelece que, "ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano".

Na mesma linha, o art. 7º, parágrafo único, da Lei de Improbidade Administrativa assenta que "a indisponibilidade a que se refere o *caput* deste artigo recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano, ou sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito".

Nesse sentido, esta Corte Superior firmou entendimento de que a indisponibilidade dos bens, em ação de improbidade, deve observar o valor da totalidade da lesão ao erário, acrescido do montante de possível multa civil.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RECONHECIMENTO DOS REQUISITOS PARA O DEFERIMENTO DA TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA. DECISÃO EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE. LIMITAÇÃO DO BLOQUEIO AO VALOR DO SUPOSTO PREJUÍZO AO ERÁRIO PÚBLICO NÃO ESTÁ ALINHADA À POSIÇÃO FIRMADA PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. INDISPONIBILIDADE DE BENS VISA A ASSEGURAR A EFETIVAÇÃO DA PRETENSÃO RESSARCITÓRIA EM SENTIDO AMPLO. NATUREZA CAUTELAR E OBJETIVA ASSEGURAR O RESSARCIMENTO INTEGRAL DO PREJUÍZO AO ERÁRIO E DAR EFETIVIDADE ÀS SANÇÕES PECUNIÁRIAS.

I - Trata-se, na origem, de agravo de instrumento interposto contra a decisão liminar que determinou a indisponibilidade total de seus bens e rendas. O Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe conheceu do recurso e lhe deu parcial provimento, para determinar que a indisponibilidade dos bens do agravante incidisse apenas até o limite do valor com que contemplada. indisponibilidade de bens fundada no art. 7º, parágrafo único da LIA.

II - O Tribunal *a quo* avalizou a decisão de primeiro grau no tocante à presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora* presumido, mas restringiu o bloqueio ao *quantum* do suposto prejuízo ao erário público, ainda

Superior Tribunal de Justiça

que por estimativa apurado pelos elementos de convicção já existentes no processo (fl. 104).

III - Relativamente ao reconhecimento dos requisitos para o deferimento da tutela provisória de urgência, o decisum encontra-se em consonância com o entendimento pacificado pelo Superior Tribunal de Justiça. A propósito do tema, vejam-se recentes precedentes desta Corte: AgRg no REsp 1394564/DF, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/11/2016, DJe 05/12/2016; REsp 1391575/BA, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/09/2016, DJe 14/10/2016.

IV - A limitação do bloqueio ao valor do suposto prejuízo ao erário público não está alinhada à posição firmada pelo Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que a indisponibilidade de bens visa a assegurar a efetivação da pretensão ressarcitória em sentido amplo, nela incluída, até mesmo, a multa civil. A propósito: REsp 1693921/CE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/9/2018, DJe 16/11/2018; AgRg no REsp 1383196/AM, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/10/2015, DJe 10/11/2015; AgInt no AREsp 913.481/MT, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/9/2016, DJe 28/9/2016)

V - Se a indisponibilidade de bens fundada no art. 7º, parágrafo único, da LIA tem natureza cautelar e objetiva assegurar o ressarcimento integral do prejuízo ao erário e dar efetividade às sanções pecuniárias, deve a constrição judicial estender-se a fim de compreender o necessário para fazer frente à multa civil.

VI - Assentado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe que a estimativa do dano - fato base cujo revolvimento é incabível nesta instância especial e sequer foi questionado -, e considerando que a multa civil, nas situações do art. 10 da LIA, pode alcançar a soma de duas vezes o valor do dano (LIA, art. 12, II), a indisponibilidade deve ter como referencial o montante estimado do prejuízo mais o equivalente ao seu dobro atinente à multa civil, sem prejuízo das atualizações monetárias devidas.

VII - Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1.770.485/SE, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe 28/5/2019)

Destaco, ainda, que o Superior Tribunal de Justiça fixou jurisprudência no sentido de haver solidariedade entre os corréus da ação até a instrução final do processo, sendo assim, o valor a ser indisponibilizado para assegurar o ressarcimento ao erário deve ser garantido por qualquer um deles, limitando-se a medida constritiva ao *quantum* determinado pelo juiz, sendo defeso que o bloqueio corresponda ao débito total em relação a cada um.

No aspecto:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. INDISPONIBILIDADE DE BENS A FIM DE

ASSEGURAR O RESSARCIMENTO DO DANO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. CONSTRIÇÃO LIMITADA AO VALOR SUFICIENTE PARA RECOMPOR O ERÁRIO. "QUANTUM" A SER DETERMINADO PELO JUIZ. PEDIDO DE BLOQUEIO PARA GARANTIR O PAGAMENTO DE CONDENAÇÃO EM MULTA CIVIL. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COLETIVOS. INAPLICABILIDADE DO JULGADO NO RESP N. 1.366.721/BA. TUTELA DE URGÊNCIA. NECESSIDADE DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO "FUMUS BONI IURIS" E DO "PERICULUM IN MORA". RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E IMPROVIDO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - Havendo solidariedade entre os corréus da ação até a instrução final do processo, o valor a ser indisponibilizado para assegurar o ressarcimento ao erário deve ser garantido por qualquer um deles, limitando-se a medida constritiva ao "quantum" determinado pelo juiz, sendo defeso que o bloqueio corresponda ao débito total em relação a cada um. Precedentes.

III - A ausência de insurgência, no momento oportuno, quanto à indisponibilidade de bens a fim de garantir o pagamento da sanção de multa civil impede à parte recorrente suscitá-la por meio de recurso especial, em virtude da ocorrência da preclusão consumativa.

IV - Não se aplica o entendimento firmado no REsp 1.366.721/BA para a indisponibilidade de bens a fim de assegurar o pagamento de indenização por danos morais coletivos, sendo necessário o preenchimento dos requisitos da tutela de urgência para a sua concessão.

V - Recurso Especial parcialmente conhecido e improvido.

(REsp 1.728.658/MS, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe 11/12/2018)

Desse modo, tratando-se de ação em que se discute possível prejuízo ao erário na ordem de R\$ 3.170.501.420,91 (três bilhões, cento e setenta milhões, quinhentos e um mil, quatrocentos e vinte reais e noventa e um centavos), não se mostra razoável a limitação da indisponibilidade dos bens no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), pois este valor não se revela suficiente para resguardar o valor integral do dano.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial para determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem a fim de que se observe, na decretação da medida de indisponibilidade de bens, o valor total do dano causado ao erário, incluindo o possível valor da multa civil, nos termos da fundamentação supra.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

